

Entre imigração e saúde mental, o racismo: contribuições antropológicas para os saberes e fazeres *psi*

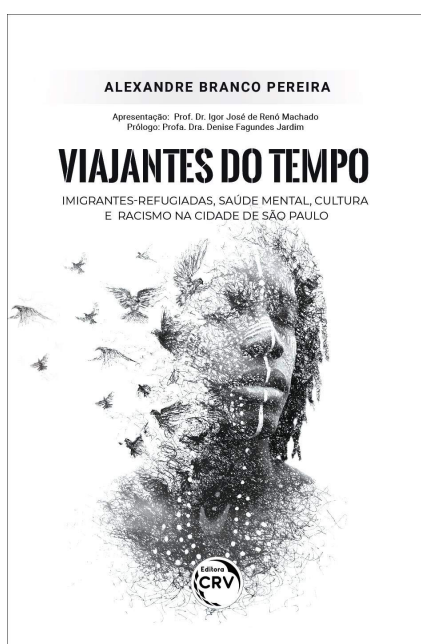
DOI
<http://dx.doi.org/10.11606/h1678-9857.ra.2022.220033>



João Paulo Siqueira

Universidade de Brasília | Brasília, DF, Brasil
joaop.307@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-6154-1324>

PEREIRA, Alexandre Branco. *Viajantes do tempo: imigrantes-refugiadas, saúde mental, cultura e racismo na cidade de São Paulo*. Curitiba, Editora CRV, 2020, 1ª edição, 180p.



Publicado em 2020 pela editora CRV, o livro *Viajantes do tempo: imigrantes-refugiadas, saúde mental, cultura e racismo na cidade de São Paulo* é fruto da dissertação de mestrado de Alexandre Branco Pereira em Antropologia social pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob orientação do antropólogo, doutor e docente da UFSCar Igor José de Renó Machado, o qual assina a apresentação do livro. O prólogo é de

autoria da também antropóloga, doutora e docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Denise Fagundes Jardim. Tanto Igor Machado quanto Denise Jardim também centram suas pesquisas nas temáticas de imigração e identidade.

Alexandre Pereira é um homem branco, cis gênero, graduado em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB), mestre e doutor em Antropologia Social pela UFSCar. Seus principais interesses de pesquisa e produções estão no âmbito da migração e refúgio, covid-19, saúde mental, racismo e ciência.

Este livro consiste em uma produção fronteiriça em sua temática, abordando discussões clássicas da Antropologia, mas não só, permeando as áreas de imigração-refúgio, epistemologia da ciência, saberes e fazeres *psi*, bem como no enlace entre racismo e saúde mental, temática incipiente e emergente, conforme a revisão bibliográfica realizada por Sônia Maluf, Érica Silva e Marcos Silva (2020) sobre a produção em Antropologia da saúde na última década no Brasil. Tal abrangência temática é materializada na organização do livro, que, além da apresentação, prólogo, introdução e conclusão, possui uma divisão em quatro capítulos: o primeiro nomeado “Imigração e refúgio: a pressuposição de blocos monolíticos”, seguido pelo capítulo “Etnopsiquiatria/Etnopsicologia, Psiquiatria Social e cultural e Psiquiatria Transcultural”; já o terceiro capítulo é intitulado “Serviços de saúde mental para imigrantes-refugiadas em São Paulo”, e, por fim, o quarto capítulo, “Um antropólogo em um serviço de saúde”.

No decorrer das 180 páginas, o autor traz o relato e as análises etnográficas das vivências de imigrantes-refugiadas na cidade de São Paulo, as quais sempre são citadas com artigos e pronomes no feminino, com base nos dados empíricos do seu campo e no intento político de desnaturalizar a escrita masculinista. A pesquisa é definida como multissituada, realizada a partir de três ambientes: numa Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), em um Coletivo periférico que oferecia aulas de português e no ambulatório de psiquiatria transcultural de um hospital, todos com foco, respectivamente, no auxílio, acolhimento e atendimento de imigrantes-refugiadas na capital paulista. Para além dos ambientes institucionais, Pereira assinala a centralidade da cotidianidade na realização da etnografia, que em seu desenho preliminar teria como foco apenas os serviços de saúde mental para imigrantes-refugiadas, mas que, diante da inesperada falta de adesão das pacientes, teve que rascunhar novos caminhos.

A inserção etnográfica nesses ambientes se deu a partir de uma ferramenta metodológica bastante comum no âmbito das pesquisas sobre migração e refúgio: o voluntariado. Para caracterizar a importância metodológica dessa ferramenta, o autor se utiliza de um conceito clássico de Marcel Mauss e o relaciona com o trabalho humanitário criando a categoria “humanitarismo-dádiva”, que opera na relação entre dádiva-pesquisa e contra-dádiva-voluntariado. Se essa ferramenta facilita a inserção em campo, contribui também para a realização da pesquisa sob uma óptica

engajada, assumidamente carregada de valores inclusivos, equitativos e antidiscriminatórios.

Entretanto, Alexandre Pereira identificou que, embora haja uma relação de reciprocidade imposta pelo humanitarismo-dádiva, existe uma lógica implícita de hierarquia e não de dialogicidade que era imaginada. Isso é discutido no capítulo 1, quando ele racializa a experiência migratória do “Refúgio Negro” em contraste com o “Refúgio Branco”, diferenciação dada a partir da nacionalidade e do fenótipo, o que dialoga com a história do Brasil, que, no século XX, financiou a chegada e a permanência de europeus, ao passo que proibiu a entrada de africanos (Faustino; Oliveira, 2021).

Nesse sentido, trata-se não só de uma diferenciação, mas de uma hierarquia de alteridades, em que o racismo opera na suposição preconceituosa de quem é assimilável ou não a partir de sua cultura e fenótipo. Tais pressuposições, conforme argumentado pelo autor, balizam as políticas do Estado, como nas ações das OSCIPs e nos serviços de saúde mental transcultural, mas frequentemente a partir de uma lógica implícita aplicada às burocracias, ao humanitarismo e à ciência – algo sintomático do racismo brasileiro.

A convivência junto às imigrantes-refugiadas na OSCIP e no Coletivo com aulas de português contribuiu para o autor captar a forma como o racismo atravessa a relação com elas, ambientes nos quais identificou um tratamento presunçoso dos membros das organizações pautadas na tentativa de assimilação cultural das imigrantes-refugiadas, mas que, ao mesmo tempo, já as classificava como atrasadas, primitivas ou “pré-modernas” que precisavam evoluir. Nesse sentido, o processo de imigração-refúgio se torna a promoção de uma viagem no tempo, em que elas precisam ser atualizadas à contemporaneidade, assimilando os valores modernos de individualidade e autonomia. Ademais, há o pressuposto de que em suas culturas originárias não existe articulação de pautas políticas, sendo urgente atualizá-las quanto às lutas contra a homofobia, machismo e racismo.

Assim, essas pressuposições se materializaram em estratégias interventivas, não centradas nas demandas das imigrantes-refugiadas, mas na interpretação distorcida das pessoas vinculadas ao serviço e à OSCIP, questão tematizada no capítulo 3. Como relatado no acompanhamento de um grupo de troca oferecido por uma psicóloga vinculada à OSCIP, havia a preconização de evitar a tematização de relatos de vivências da temporalidade passada, para que traumas não fossem reavivados, contudo, ao mesmo tempo, existia a expectativa de que esses assuntos fossem trazidos de forma espontânea – a partir da ideia de que lá habita um grande trauma hiper-cultural o qual, inclusive, é o capital político que justifica a intervenção humanitária. No entanto, os relatos levados para o grupo de troca se centravam em dificuldades do presente: falar português, conseguir emprego e lidar com o racismo.

Mas é principalmente no cenário do ambulatório de psiquiatria transcultural

que esses preconceitos são mobilizados e reproduzidos e ganham novos contornos, não mais sob a lente de uma caridade ingênua expressa nas relações interpessoais, porém agora justificadas pela Ciência e aplicadas ao tratamento em saúde mental. A entrada no serviço enquanto voluntário neste ambulatório se deu tanto na função de docência no módulo de Antropologia, haja vista que o ambulatório recebia residentes e graduandos em caráter formativo, como também na abertura para acompanhar o cotidiano do serviço, no acolhimento de pacientes e na discussão coletiva dos casos.

Nesse ambiente, Alexandre Pereira identificou a forma com que os preconceitos operam na prática de psicólogos e psiquiatras, que também era expressa a partir do intento de assimilação e pressuposições estigmatizadas, mas o faziam sob a égide de um saber hegemônico que fundamenta sua práxis na universalização de suas bases ontológicas e epistemológicas, de determinado período histórico e contexto sociocultural, e os aplicavam em sujeitos de outros territórios como se fizessem parte do mesmo universo simbólico. Algo já discutido na produção do autor clássico na temática do racismo e saúde mental Frantz Fanon em coautoria com Jacques Azoulay ([1954] 2020).

Na prática dos psicólogos e psiquiatras, o relato das imigrantes-refugiadas era tomado enquanto fictício, que escamoteava uma raiz nosográfica biomédica universal. Ainda segundo o autor, as bases epistemológicas eram aplicadas nos tratamentos e assumidas e performadas pelos profissionais, ou seja, entendiam-se como agentes universais e aculturais da ciência, ao passo que as imigrantes-refugiadas eram tidas como específicas e hiperculturais.

Alexandre Pereira relata ainda que era bastante comum a falta de adesão das imigrantes-refugiadas aos tratamentos em saúde mental, dado esse que não tensionava a equipe de saúde a repensar os métodos e técnicas utilizados, mas acabava por imputar aos pacientes uma falta de comprometimento, reforçando o estereótipo de imigrantes como pacientes essencialmente problemáticos. Sendo assim, estava evidente o silenciamento das imigrantes-refugiadas que acessavam o serviço. As concepções prévias dos profissionais antecipavam a interpretação em relação ao que era demandado pelas pacientes, quer dizer, tratava-se de saltos interpretativos característicos de um multiculturalismo condescendente, em que a escuta era apenas uma encenação, pois o que era tomado como compreendido das queixas já estava previamente estabelecido pelo profissional antes mesmo das imigrantes-refugiadas finalizarem seus relatos.

Caminhando para o quarto e último capítulo, a etnografia de Alexandre Pereira nos mostra não só a relevância de se utilizar da Antropologia na formação teórica de profissionais da saúde mental, mas sobretudo sua potencialidade na cotidianidade dos serviços de saúde, seja em termos preliminares do cuidado, como no acolhimento dos pacientes, ou no pós-atendimento, no desenho do projeto tera-

pêutico. Assim, a Antropologia se revelou como importante ferramenta teórico-prática formativa em termos de promover habilidades de reflexão, contextualização sociocultural e escuta para os profissionais, ao diminuir o estereótipo, exotização e etnocentrismo intrínsecos à epistemologia dos saberes *psi* e, dessa forma, otimizar a comunicação. Essa discussão sobre as potencialidades antropológicas para a construção de abordagens *psi* possui mais fôlego no capítulo 2, em referência às históricas *etnopsis*, as quais têm como premissa a contextualização sociocultural do sujeito alvo de intervenção em saúde mental, que se dará a partir da importação de operadores terapêuticos de sua cultura originária em confluência com saberes e técnicas das ciências psicológicas, psiquiátricas e/ou psicanalíticas.

Ainda que tais valências tenham sido reconhecidas na formação teórica, Pereira relata que, na prática, ao compor o serviço de saúde, as intervenções de antropólogos incomodavam os profissionais de saúde que se mostravam áspers e resistentes a *feedbacks*, algo que apontava para a existente hierarquia entre as ciências. Sendo assim, os antropólogos, na prática, eram vistos (e desejados) como tradutores da cultura para que as pacientes pudessem ser mais facilmente assimiladas psicologicamente pelos profissionais.

Portanto, Pereira notou a tentativa de que houvesse um rompimento com os princípios éticos da Antropologia no que tange a levar o sujeito a sério, a incentivar a mediação diplomática entre mundos, tensionar saberes em suas bases ontológicas e epistemológicas, mas sobretudo a contextualizar socioculturalmente o sujeito. Se esse rompimento fosse efetuado, todas essas potencialidades seriam anuladas e postas às avessas se colocadas a serviço da biomedicina de forma acrítica e sem diálogo, contribuindo, então, para a assimilação e dominação – o que não é novo na Antropologia, muito pelo contrário.

Inspirada em diferentes temas clássicos da Antropologia, desde a migração, a ciência e até a saúde, a etnografia de Alexandre Branco Pereira conjuga muito bem as aplicações e fricções entre essas áreas, elencando o racismo como eixo transversal enquanto dado da cotidianidade brasileira. Nesse sentido, esta obra com diferentes inspirações teóricas e metodologicamente multissituada desponta como importante e estimulante produção no enlace do racismo com as Antropologias da ciência e da saúde, mas sobretudo em sua dimensão aplicada e interdisciplinar para os cuidados em saúde mental, apontando as potencialidades da presença da Antropologia e de antropólogos nos serviços de saúde mental.

Dessa forma, para além da Antropologia, sugiro que este livro seria de bastante proveito para profissionais da saúde em contexto brasileiro, em especial psicólogos e psiquiatras em serviços públicos de saúde mental, que, de forma majoritária, recebem sujeitos racializados em seus atendimentos. É preciso contextualizar socioculturalmente o sujeito para a promoção do cuidado em saúde mental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FANON, Frantz; AZOULAY, Jacques. [1954] 2020. “A socioterapia numa ala de homens muçulmanos: Dificuldades metodológicas”. In: FANON, Frantz (org.). *Alienação e liberdade: Escritos psiquiátricos*. São Paulo, Editora Ubu, pp. 171-194.

FAUSTINO, Deivison; OLIVEIRA, Leila. 2021. “Xeno-racismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil”. *REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana*, 29(63): 193-210. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006312>.

MALUF, Sônia W.; SILVA, Érica Q.; SILVA, Marcos A. da. 2020. “Antropologia da saúde: entre práticas, saberes e políticas”. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (91): 1-38. <https://doi.org/10.17666/bib9103/2020>.

SIQUEIRA, João Paulo. 2024. *Educação contextualizada da escuta: uma etnografia da formação de psicólogos-psicoterapeutas a partir do Sankofa, grupo de estágio e serviço de psicoterapia para universitários negros*. Brasília, Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília.



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001